ALEXANDRA MARIA COSTA BEZELGA
Assinado de forma digital por ALEXANDRA MARIA COSTA BEZELGA
Dados: 2021.01.07 12:50:14 Z

ÁGUAS DO NORTE
Grupo Águas de Portugal

CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO ANUAL DE SISTEMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM INSTALAÇÕES DA ÁGUAS DO NORTE, S.A.

PRC_0410/2020_STE

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de serviços de revisão anual de sistemas de segurança contra incêndios em instalações da Águas do Norte, S.A.**.

Cláusula 2.ª

(Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   c) O presente caderno de encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetados em fase pré-contratual consideram-se, para efeitos de execução do contrato, como não escritos e de nenhum efeito.

Cláusula 3.ª

(Preço base)

1. O preço base do procedimento é, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*, de **66.000,00 EUR (sessenta e seis mil euros),** não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado, para o primeiro período de execução contratual, podendo atingir o valor de **198.000,00 EUR (cento e noventa e oito mil euros)** caso se efetivem as renovações previstas na cláusula seguinte.
2. Não obstante o definido na cláusula anterior, são também fixados preços base para cada lote, de acordo com o referido na tabela infra.

LOTE	Primeiro período de vigência (12 meses)	Primeira renovação (12 meses)	Segunda renovação (12 meses)	Período máximo de vigência (total de 3 anos)
1 – Douro Interior	32.000,00 EUR (trinta e dois mil euros)	32.000,00 EUR (trinta e dois mil euros)	32.000,00 EUR (trinta e dois mil euros)	**96.000,00 EUR (noventa e seis mil euros)**
2 – Minho	34.000,00 EUR (trinta e quatro mil euros)	34.000,00 EUR (trinta e quatro mil euros)	34.000,00 EUR (trinta e quatro mil euros)	**102.000,00 EUR (cento e dois mil euros)**

Cláusula 4.ª

(Prazo)

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo necessário a assegurar a prestação de serviços que constitui objeto do contrato, de forma continuada, pelo período correspondente a 1 (um) ano, contado da data da sua assinatura, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato pode ser renovado por mais 2 (dois) períodos de igual duração, podendo atingir, assim, o prazo máximo de execução de 3 (três) anos.
3. A renovação do contrato pode ser operada por atingimento do prazo estabelecido ou por atingimento do preço contratual, conforme o que ocorrer primeiro.
4. A intenção de renovação operada pelo decurso do prazo será comunicada pela **Águas do Norte, S.A.** ao Adjudicatário, com a antecedência de até 30 (trinta) dias antes do termo do contrato ou da renovação a que respeite.

5. A intenção de renovação operada pelo atingimento do preço base será comunicada pela **Águas do Norte, S.A.** ao Adjudicatário, logo que, em cada contrato ou renovação, seja atingido 90% (noventa por cento) do preço contratual referente a cada lote.
6. Os diversos tipos de trabalhos deverão ser executados, pelo Adjudicatário, após:
    - Notificação escrita da **Águas do Norte, S.A.,** com indicação do tipo de trabalhos a executar;
    - Validação pela **Águas do Norte, S.A.** da proposta de trabalhos a executar apresentada por escrito pelo Adjudicatário.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Subsecção I – Disposições gerais

Cláusula 5.ª

(Obrigações principais do adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, como obrigação principal, a execução dos serviços de revisão anual de sistemas de segurança contra incêndios em instalações da **Águas do Norte, S.A.**.
2. A identificação, por lote, dos locais de execução do contrato são os que constam nas tabelas infra.

LOTE	DESIGNAÇÃO DO LOTE	CENTRO DE EXPLORAÇÃO (CEX)	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
1	**Douro**	Centro de Exploração Alto Tâmega e Douro Norte – AA	Alijó, Chaves, Montalegre, Sabrosa, Valpaços, Vila Real
1	**Douro**	Centro de Exploração Alto Tâmega e Douro Norte – AR	Chaves, Montalegre, Peso da Régua, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real
1	**Douro**	Centro de Exploração Douro SuL	Armamar, Lamego, Peso da Régua, Sernancelhe
1	**Douro**	Centro de Exploração Douro Superior – Terra Quente	Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Coa
1	**Douro**	Centro de Exploração Terra Fria – Terra Quente	Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo

LOTE	DESIGNAÇÃO DO LOTE	CENTRO DE EXPLORAÇÃO (CEX)	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
2	**Minho**	Centro de Exploração Cávado e Ave – AA	Barcelos, Esposende, Fafe, Maia, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, V.N.Famalicão, Vieira do Minho, Vila do Conde

2	**Minho**	Centro de Exploração Minho e Lima – AA	Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença, Viana do Castelo
2	**Minho**	Centro de Exploração Minho Interior - AR	Amarante, Amares, Barcelos, Guimarães, Lousada, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho
2	**Minho**	Centro de Exploração Minho Litoral - AR	Caminha, Esposende, Santo Tirso, V.N.Famalicão, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira
2	**Minho**	Centro de Exploração Sistemas Municipais	Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso, Trofa

3. Os serviços a prestar compreendem:

Extintores:

a) Proceder à Revisão Anual a extintores, de acordo com a NP 4413 em vigor à data da prestação de cada serviço;
b) Proceder, aquando da revisão anual dos equipamentos, ao respetivo carregamento, entre outros serviços, estabelecidos como critério de qualidade e certificação do serviço de manutenção de extintores, nomeadamente a reparação/substituição de peças do equipamento;
c) Disponibilizar quando solicitado e transitoriamente, equipamento de substituição em caso de necessidade de intervenção/reparação de equipamento que não possa ser efetuada em viatura oficina;
d) Proceder, aquando da Revisão Anual, à colocação/retificação de altura de extintores (de acordo com o definido na Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, ou no competente diploma legal em vigor à data da prestação de cada serviço) e fornecer material acessório associado;
e) Verificar (quando aplicável), se o equipamento se encontra devidamente sinalizado, conforme os requisitos legais e normativos aplicáveis à data da prestação de serviços;
f) Enviar respetivo relatório.

Caixas carretel, Caixas S.I. e Hidrantes:

a) Proceder à Revisão Anual de caixas carretel, caixas S.I. e hidrantes, em conformidade com a NP EN 671-1, NP EN 671-2, NP EN 671-3, NP EN 14384 e NP EN 14339 em vigor à data da prestação do serviço, nomeadamente:
    i. Abrir o passador para ensaiar o funcionamento do sistema e verificar fugas;
    ii. Verificar a pressão do sistema (estática e de trabalho);

iii. Desenrolar as mangueiras e estabelecer meios de ação adequados ao local;
iv. Secar e enrolar mangueiras, arrumá-las na respetiva caixa;
v. Verificar o estado dos componentes do Carretel / Caixa de Incêndio (passador, manómetro, juntas de ligação, agulheta e mangueira);
vi. Lubrificar uniões storz (quando aplicável); válvulas, fechaduras e agulhetas;
vii. Colocação de etiqueta numerada de Validade ou de Inoperacionalidade.

b) Verificar (quando aplicável) se o equipamento se encontra devidamente sinalizado, conforme os requisitos legais e normativos aplicáveis à data da prestação de serviços.
c) Enviar respetivo relatório.

Iluminação de emergência:

a) Proceder à Revisão Anual dos blocos autónomos, em conformidade com a EN 60598-2:22 e EN 1838 em vigor à data da prestação do serviço;
b) Proceder, aquando da Revisão Anual, à verificação da sinalização de evacuação, conforme os requisitos legais e normativos aplicáveis à data da prestação de serviços;
c) Enviar o respetivo relatório.

Sistemas Automáticos de Deteção de Incêndio:

a) Proceder à Revisão Anual dos Sistemas Automáticos de Deteção de Incêndio (SADI), de acordo com a DNP CEN/TS 54-14 em vigor à data da prestação de cada serviço;
b) Assegurar os ensaios, testes, verificação do bom estado geral de conservação da Central de Alarme e respetivas Baterias;
c) Assegurar os ensaios, testes, reapertos e verificação do bom estado geral de conservação dos detetores, botões de alarme, sirenes, interfaces de comando, etc.;
d) Verificação da existência de barreiras que dificultem a difusão do alarme a toda a área onde deve ser audível;

e) Inspecionar visualmente a canalização à vista que suporta a cablagem do SADI, assim como toda a cablagem igualmente à vista de forma a identificar possíveis danos;
f) Enviar o respetivo relatório.

Sistemas Fixos de Extinção de Incêndio:

a) Proceder à Revisão Anual dos Sistemas Fixos de Extinção de Incêndio, de acordo com a NP EN 15004-1 em vigor à data da prestação de cada serviço, e todos os requisitos constantes no ponto 7 da Nota Técnica n.º 17 da ANEPC;
b) Enviar o respetivo relatório.

Mantas Ignífugas:

a) Proceder à Revisão Anual a mantas ignífugas, de acordo com a NP EN 1869, em vigor à data da prestação de cada serviço;
b) Proceder, aquando da Revisão Anual, à verificação da sinalização conforme os requisitos legais e normativos aplicáveis à data da prestação de serviços;
c) Enviar o respetivo relatório.

Portas resistentes ao fogo:

a) Proceder à Revisão Anual das portas resistentes ao fogo, conforme requisitos legais e regulamentares, nomeadamente a EN 1634, em vigor à data da prestação de cada serviço;
b) Enviar respetivo relatório.

Relativamente a todos os equipamentos, sem qualquer distinção, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

a) O adjudicatário deve possuir certificação de acordo com a NP 4413 e estar registado na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, para todas as atividades previstas no presente caderno de encargos, dando cumprimento à Portaria 773/2009 de 21 de julho. Deve ainda evidenciar que possui um quadro profissional com as acreditações necessárias à execução das atividades de acordo com a mesma portaria.
b) Evidenciar certificação na norma NP EN ISO 9001, emitido por organismos

certificadores acreditados pelo IPAC. O âmbito da certificação deve discriminar os produtos e equipamentos de SCIE objeto de comercialização, instalação e ou manutenção, previstos no artigo 2.º da portaria 773/2009;

c) Disponibilizar uma oficina móvel para a prestação de serviços de revisão anual dos sistemas de segurança contra incêndio constantes no **Anexo II do presente Caderno de Encargos;**
d) O Adjudicatário é responsável por qualquer defeito ou discrepância do serviço objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues;
e) Elaborar relatório de verificação por instalação, disponibilizado em formato .pdf e .xlsx, **a entregar no final de cada verificação por instalação**, com os registos de todas as operações de inspeção e manutenção que realize, e que deve conter, no mínimo, a seguinte informação:
    a. Identificação do cliente (**Águas do Norte, S.A.**);
    b. Identificação da Instalação **Águas do Norte, S.A.**;
    c. Identificação do técnico responsável pelo serviço;
    d. Data e tipo de operação efetuada (manutenção ou carregamento);
    e. Identificação do equipamento de acordo com o **ANEXO II do Caderno de Encargos** e com a seguinte informação: n.º de identificação, n.º de série, marca, capacidade, tipo de extintor, data de fabrico, data de realização da última prova hidráulica (se aplicável), data do último carregamento;
    f. As anomalias encontradas e o resultado da aprovação técnica (aprovado ou rejeitado);
    g. Os elementos substituídos ou outras situações que se considerem importantes para conhecer o estado de operacionalidade do equipamento;
    h. O número de registo na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
    i. A identificação dos equipamentos rejeitados durante a manutenção e o motivo da rejeição;
    j. Melhorias ao nível da sinalética de segurança (incêndio e evacuação);

f) Preencher base de dados em formato Excel com todos os dados relativos aos equipamentos verificados e/ou substituídos. O *layout* da base de dados será de

acordo com o Anexo I do Caderno de Encargos. A base de dados deve ser atualizada e enviada para a **Águas do Norte, S.A.** no prazo máximo de 1 (uma) semana após a realização do serviço;

g) Comprovar, sempre que exigido pela Entidade Adjudicante, e pelo meio por ela solicitado, a procedência original das peças, parte de peças, componentes e outros materiais necessários, consideradas necessárias ao correto exercício dos equipamentos objeto de intervenção;
h) Evidenciar a marcação CE (quando aplicável) dos equipamentos, peças, componentes e outros materiais necessários, consideradas necessárias ao correto exercício dos equipamentos objeto de intervenção;
i) Evidenciar o destino final adequado de todos os resíduos produzidos em resultado da execução dos serviços;
j) Iniciar os trabalhos de Revisão Anual nas datas e horas acordadas com a Entidade Adjudicante, **cumprindo rigorosamente** com o planeamento previamente apresentado pela **Águas do Norte, S.A.**;
k) Designar um Gestor do Contrato/Coordenador da prestação dos serviços, indicado na proposta adjudicada, ao qual compete assegurar o cumprimento do contrato na sua maior amplitude, garantindo a execução continuada e consistente dos serviços, respeitando o Caderno de Encargos e promovendo um contacto diário, atempado e assertivo com a Entidade Adjudicante;
l) Afetar à prestação dos serviços um Técnico Responsável Acreditado pela ANEPC, indicado na proposta adjudicada, nos termos e para efeitos do Despacho n.º 10738/2011, de 30 de agosto;
m) Afetar à prestação dos serviços todos os demais técnicos necessários, **devidamente habilitados e qualificados**, para a cabal execução dos serviços, devendo ser apresentada listagem dos recursos humanos a afetar à prestação de serviços previamente à execução do serviço, para validação da **Águas do Norte, S.A.**;
n) Solicitar, previamente e por escrito, autorização à Entidade Adjudicante quando pretenda proceder à substituição de qualquer elemento da equipa técnica afeta ao desenvolvimento dos trabalhos;
o) De se responsabilizar pelo pessoal afeto à prestação de serviços, nomeadamente no que se refere à aptidão profissional, disciplina, remunerações (incluindo prémios e bónus) e controlo de faltas (absentismo, férias, baixas, doenças e

atrasos), assegurando o respetivo enquadramento hierárquico e disciplinar;

p) Proceder à substituição do(s) colaborador(es), por outro(s) com igual competência técnica, e mediante prévia autorização da Entidade Adjudicante, em caso de impedimento, faltas, férias ou baixa prolongada destes, ou quando o desempenho do(s) mesmo(s) não atinja(m) os padrões desejados pela Entidade Adjudicante;

4. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

5. Constitui encargo do adjudicatário o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.

6. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o adjudicatário obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da **Águas do Norte, S.A.**.

Cláusula 6.ª

(Obrigações complementares)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações gerais:

   a) Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;

   b) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todos as especificações e requisitos técnicos indicados na cláusula anterior e nos termos da legislação aplicável;

   c) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões.

   d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da **Águas do Norte, S.A.**.

   e) Prestar as informações que forem solicitadas pela **Águas do Norte, S.A.**.

   f) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços.

   g) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta prestação do serviço.

Cláusula 7.ª

(Forma da prestação de serviços)

1. A execução dos serviços será efetuada, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, em função das necessidades da **Águas do Norte, S.A.** e em datas a acordar.
2. O Adjudicatário elaborará e apresentará à **Águas do Norte, S.A.**, **após cada intervenção, no próprio dia, seja ela de que tipo for**, um relatório com o resumo do teor das ações executadas, quer sejam corretivas, quer sejam preventivas, nele consignando recomendações e necessidade de correção imediata de anomalias verificadas tendo por objetivo o correto funcionamento da infraestrutura.
3. O Adjudicatário elaborará e apresentará à **Águas do Norte, S.A.** um relatório anual, em formato editável (Excel) com o resumo de todas as visitas efetuadas, quer sejam corretivas, quer sejam preventivas, nele consignando recomendações e possíveis redefinições do plano de manutenção preventiva.

Cláusula 8.ª

(Transferência da propriedade)

1. Os elementos apresentados pelo adjudicatário ao abrigo do contrato passam a integrar a propriedade da **Águas do Norte, S.A.**, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 9.ª

(Conformidade e garantia técnica)

1. O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à **Águas do Norte, S.A.**, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 10.ª

(Objeto do dever de sigilo)

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **ÁGUAS DO NORTE, S.A.**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

(Prazo do dever de sigilo)

1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.ª

(Proteção de dados pessoais e RGPDR)

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela **Águas do Norte, S.A.** ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **Águas do Norte, S.A.** ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das instruções desta empresa e da legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016)
3. O prestador de serviços compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que

lhe sejam transmitidos pela **Águas do Norte, S.A.** ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela **Águas do Norte, S.A.**.

4. O prestador de serviços aceita que a **Águas do Norte, S.A.** recorra a outras entidades subcontratadas exclusivamente com o intuito de prestar serviços a que o prestador de serviços não consiga dar resposta, sempre no âmbito das atribuições definidas pela **Águas do Norte, S.A.**
5. Caso o prestador de serviços subcontrate outras entidades (mediante prévia autorização escrita da **Águas do Norte, S.A.**, nos termos previstos no CCP) para a prestação de serviços previamente definidos pela **Águas do Norte, S.A.**, o prestador de serviços será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
6. O prestador de serviços obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto na LPDP e na demais legislação aplicável, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a celebra com outras entidades por si subcontratadas.
7. O prestador de serviços obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
    a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **Águas do Norte, S.A.**, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
    b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
    c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
    d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a **Águas do Norte, S.A.**, esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
    e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da **Águas do Norte, S.A.**, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
    f) Prestar à **Águas do Norte, S.A.**, toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a **Águas do Norte, S.A.**, informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de

dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à **Águas do Norte, S.A.**;

g) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato;

h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

i) Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

j) Prestar a assistência necessária à **Águas do Norte, S.A.** no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados.

k) Garantir mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;

l) Disponibilizar as informações necessárias para demonstrar o cumprimento do RGP, bem como colaborar com auditorias ou inspeções, conduzidas pela **Águas do Norte, S.A.** ou por outro auditor por este mandatado.

8. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a **Águas do Norte, S.A.**, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

9. Para efeitos do disposto no n.º 8 e na alínea g) do n.º 7 da presente cláusula, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário/prestador de serviços, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.

10. A obrigação de sigilo prevista na alínea d) do número 7 da presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Cláusula 13.ª

(Interoperabilidade digital)

1. O adjudicatário obriga-se a executar o contrato em conformidade com as normas abertas:

i. Lei n.º 36/2011, de 21 de junho - Adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado;
ii. RCM n.º 91/2012, de 8 de novembro - Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital.

Secção II - Obrigações da ÁGUAS DO NORTE, S.A.

Cláusula 14.ª

(Preço contratual)

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **Águas do Norte, S.A.** deve pagar ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O preço total é estimado, por ser variável em função das quantidades de serviços efetivamente realizados, razão pela qual a **Águas do Norte, S.A.** apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.
3. As quantidades apresentadas no presente de Caderno de Encargos, são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado.
4. Caso venha a verificar-se que o valor dos serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente às quantidades estimadas apresentadas nas Cláusulas deste Caderno Encargos, o adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 381.º, aplicável de acordo com n.º 6 do artigo 454.º, ambos do CCP.
5. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **Águas do Norte, S.A.** nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento e manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
6. Não haverá lugar à revisão de preços durante o prazo de execução contratual e eventuais renovações se as houver.

Cláusula 15.ª

(Condições de pagamento)

1. As quantias devidas pela **Águas do Norte, S.A.**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela **Águas do Norte, S.A.** das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Em caso de discordância por parte da **Águas do Norte, S.A.**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 16.ª

(Trabalhos Complementares)

1. São serviços complementares aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato.
2. Quando os serviços complementares resultem de circunstâncias não previstas, pode o contraente público ordenar a sua execução ao cocontratante desde que:
    a) Não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves e impliquem um aumento considerável de custos;
    b) O preço desses serviços, incluindo o de anteriores serviços complementares igualmente decorrentes de circunstâncias não previstas, não exceda 10% (dez por cento) do preço contratual;
    c) O somatório do preço contratual com o preço atribuído aos serviços complementares não exceda os limites previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, quando o procedimento adotado tenha sido o concurso público ou o limitado por prévia qualificação sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, quando o procedimento adotado tenha sido a consulta prévia, ou na alínea d) do n.º 1 do mesmo artigo, quando o procedimento adotado tenha sido o ajuste direto.
3. Quando os serviços complementares resultem de circunstâncias imprevisíveis, ou que uma Entidade Adjudicante diligente não pudesse ter previsto, pode o contraente público ordenar a sua execução ao cocontratante desde que:
    a) Não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves e impliquem um aumento considerável de custos; e
    b) O preço desses serviços, incluindo o de anteriores serviços complementares igualmente decorrentes de circunstâncias imprevisíveis, não exceda 40% (quarenta por cento) do preço contratual.
4. Caso não se verifique alguma das condições previstas no n.º 2, os serviços complementares devem ser objeto de contrato celebrado na sequência de procedimento adotado nos termos do disposto no Título I da Parte II do CCP.

5. Aos serviços complementares e aos serviços a menos é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 371.º a 375.º e 379.º a 381.º do CCP.

Cláusula 17.ª

(Erros e omissões do caderno de encargos)

1. O Adjudicatário deve, no prazo de 60 dias contados da data da celebração do contrato, reclamar sobre a existência de erros ou omissões do caderno de encargos, salvo dos que só sejam detetáveis durante a execução do contrato, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos serviços complementares de suprimento desses erros e omissões.
2. O Adjudicatário é ainda responsável pelos serviços complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões que, não podendo objetivamente ser detetados na fase de formação do contrato, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, caso os erros ou omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante a **Águas do Norte, S.A.**:
   a) Deve a **Águas do Norte, S.A.** exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros;
   b) Fica o Adjudicatário sub-rogado no direito de indemnização que assiste à **Águas do Norte, S.A.** perante esses terceiros até ao limite do montante que deva ser por si suportado em virtude do disposto dos n.ºs 1 e 2 da presente Cláusula.

Cláusula 18.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, a **Águas do Norte, S.A.** poderá requerer ao Adjudicatário reuniões de acompanhamento à execução do contrato.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
3. O adjudicatário obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.
4. Após a assinatura do contrato, o adjudicatário informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico legal.
5. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.

6. O adjudicatário deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à **Águas do Norte, S.A.**.

7. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a **Águas do Norte, S.A.** e o adjudicatário. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

Cláusula 19.ª

(Seguros e Encargos Sociais)

1. Seguro de Responsabilidade Civil

   a) O adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de caráter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à **Águas do Norte, S.A.** em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;

   b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;

   c) O Adjudicatário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 50.000,00 EUR (cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.

2. Seguro de Acidentes de Trabalho

   a) O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.

   b) O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.

3. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Aquisição de serviço, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas.
4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.
5. A **Águas do Norte, S.A.** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 20.ª

(Penalidades contratuais)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a **Águas do Norte, S.A.** pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, que pode ser cumulada com outras cujos pressupostos se mostrem verificados, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Pelo incumprimento na realização de algum dos serviços indicados na cláusula 5.ª.deste caderno de encargos, 1% (um por cento) do preço contratual por cada semana de atraso na realização da respetiva intervenção;
   b) Pelo incumprimento de algum dos prazos fixados no presente caderno de encargos, 5% (cinco porcento) do preço contratual;
   c) Pela aplicação, em execução de ação de manutenção, nos termos previstos na do n.º 2 da Cláusula 5.ª, de materiais ou produtos impróprios ou em deficiente estado de utilização, 5% (cinco por cento) do preço contratual.
2. A aplicação das sanções pecuniárias previstas no número anterior não pode exceder o valor acumulado de 20% do preço contratual.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a **Águas do Norte, S.A.** pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo das alíneas previstas no n.º 1, que tenham determinado a respetiva resolução.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **Águas do Norte, S.A.** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

6. A **Águas do Norte, S.A..** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, sem prejuízo da possibilidade, alternativa ou combinada, da mobilização das garantias prestadas.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a **Águas do Norte, S.A.** exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21ª

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 22.ª

(Resolução por parte da ÁGUAS DO NORTE, S.A.)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a **Águas do Norte, S.A.** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

   a) Incumprimento, cumprimento deficiente ou mora no cumprimento de alguma das obrigações compreendidas no presente contrato e que coloquem em crise o normal e adequado funcionamento da instalação;

   b) Declaração do adjudicatário em como não cumprirá alguma obrigação inscrita no presente caderno de encargos e da qual resulte perda do interesse da **Águas do Norte, S.A.** na prestação contratual.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela **Águas do Norte, S.A.**.

Cláusula 23.ª

(Incumprimento imputável à ÁGUAS DO NORTE, S.A.)

1. Se a **Águas do Norte, S.A.** praticar ou der causa a facto de onde resulte maior dificuldade na execução do contrato, com agravamento dos encargos respetivos, o adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos e com os efeitos do disposto nos n.°s 2 e 3 do artigo 354.° do CCP, que constitui disciplina do presente caderno de encargos.

Cláusula 24.ª

(Responsabilidades)

1. O adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da **Águas do Norte, S.A.**, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da sua prestação

contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 296.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 25.ª

(Foro competente)

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições Finais

Cláusula 26.ª

(Regulamentos dos fornecedores)

1. O Regulamento dos Fornecedores da Águas do Norte, S.A. disponível no site da Águas do Norte, S.A. http://www.adnorte.pt/index.php?id=109 deverá ser integralmente cumprido. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início dos trabalhos e na sua execução.

Cláusula 27.ª

(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

1. A **Águas do Norte, S.A.** pode, a todo o tempo, e mediante mera notificação escrita ao adjudicatário, ceder a sua posição contratual.
2. A cessão e a subcontratação pelo adjudicatário carece de autorização prévia e escrita da **Águas do Norte, S.A.,** sendo admitida nos termos dos artigos do Capítulo VI do CCP.
3. Verificando-se o incumprimento, pelo adjudicatário das suas obrigações assumidas com a celebração do contrato, que preencham os requisitos da resolução do contrato, a **Águas do Norte, S.A.** pode, em alternativa à resolução do contrato, ordenar a cedência da posição contratual do adjudicatário ao(s) concorrente(s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do contrato em execução, pela ordem sequencial daquele procedimento.

4. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a **Águas do Norte, S.A.** interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos serviços.
5. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
6. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da **Águas do Norte, S.A.**, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
7. Os direitos e obrigações da **Águas do Norte, S.A.**, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no n.º anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
8. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 6 desta cláusula apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
9. A caução e as garantias prestadas pelo cedente são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas 6 (seis) meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela **Águas do Norte, S.A.** aos respetivos depositários ou emitentes.
10. A posição contratual do cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 28.ª

(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do *Código dos Contratos Públicos*, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 29.ª

(Contagem dos prazos)

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.ª

(Legislação aplicável)

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXOS

Anexo I – Lista de Controlo de Equipamentos de Emergência

Anexo II – Identificação dos sistemas de segurança contra incêndios existentes